

“O que tem na terra é caça, o que vem do mar é peixe”: os tremembés como pescadores e comerciantes na costa norte brasileira (século XVII e início XVIII).

Jóina Freitas Borges
Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí - UFPI

No início do século XVII os índios tremembés emergiram nos documentos escritos coloniais, como uma etnia que ocupava grande parte da costa setentrional brasileira, no extenso território localizado entre a Fortaleza do Ceará e a Ilha de São Luís do Maranhão. Eram grupos indígenas que viviam espalhados nessa costa, com subsistência ligada principalmente à pesca, à coleta e à caça, além do comércio realizado com outros grupos indígenas e com os estrangeiros, muitos tidos por piratas, que aportavam nas suas praias. No início do século XVIII foram denominados “peixes racionais”, numa época quando ainda possuíam considerável autonomia sobre seu território, no qual, negociando com diversos estrangeiros, dificultavam o estabelecimento de núcleos de ocupação colonial. Mais do que os peixes e frutos do mar, entretanto, do oceano vinham aliados e inimigos e, assim, o oceano constituiu-se, para os tremembés, em importante fronteira através da qual construíram sua alteridade como índios pescadores e valentes. Esta identidade vigora até os dias atuais, pois entre rupturas e continuidades, os tremembés de hoje se veem nos tremembés do passado, mas também se revestem de novas imagens, se apropriando da sua história, das suas memórias, na construção de um presente mais justo e de um futuro melhor para seus filhos. “O que tem na terra é caça, o que vem do mar é peixe”, é como os tremembés analisam as fortes relações que os tremembés do passado possuíam com o mar, numa nítida alusão, também, a um possível canibalismo praticado por aqueles aos quais eles chamam de ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: TREMEMBÉS; COSTA SETENTRIONAL; HISTÓRIA; MEMÓRIA.

Até o final do século XVI a costa setentrional brasileira era ocupada, da desembocadura do Rio Amazonas até as proximidades do Rio Açu (Rio Grande do Norte), por grupos indígenas então chamados de “tapuias”, como informam alguns cronistas, dentre os quais Gabriel Soares de Sousa no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*¹. Nesse período, grupos de língua tupi, principalmente potiguaras, tabajaras, tupinambás e caetés, deslocavam-se para regiões da costa norte e adjacências, como a Serra da Ibiapaba; quer incitados pelos franceses, em busca de negociações comerciais; quer fugindo dos portugueses e da violência colonial, inclusive da escravidão; à procura de regiões onde pudessem se estabelecer longe

¹SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. 384 p. (Edição acrescentada de comentários de Varnhagen).

dos núcleos “civilizadores”; ou, ainda, para constituir núcleos coloniais associando-se aos adventícios, principalmente os franceses no Maranhão ou os portugueses no Rio Grande do Norte, e depois Ceará.

No início do século XVII Portugal encontrava-se ligado à Espanha, nessa época de União Ibérica, houve, por parte dos colonizadores, uma maior penetração e tentativas de conquista em direção ao nordeste e ao norte da colônia, tendo-se uma preocupação especial em relação à possível utilização do Rio Amazonas como rota fluvial, através da qual se poderia chegar aos metais preciosos da Bolívia e do Peru. Além da necessidade de proteger o ouro e a prata, havia também a necessidade de fechar as portas do Atlântico, na costa setentrional, à constante presença de franceses, holandeses e ingleses, principalmente, que investiam no comércio com os indígenas locais, de madeiras, animais silvestres, escravos nativos, dentre outros produtos, além de também tentarem estabelecer colônias, como foi o caso da chamada França Equinocial (1612-1615) e das investidas e ocupação holandesa (1624-1654). Assim, a costa setentrional brasileira era, ainda no século XVII, território a ser conquistado aos nativos e aos estrangeiros, e é dentro desse contexto que surgem os tremembés como etnia indígena².

1 Os tapuias da costa norte e o comércio com os estrangeiros

Com a fundação da Fortaleza da Barra do Rio Grande (futura Natal) no ano de 1598, houve, por fim, um estabelecimento português duradouro, na costa mais ao norte. Como colocou Sérgio Buarque de Holanda³: “Ao findar-se o século XVI é esta Capitania do Rio Grande do Norte a extrema da colonização portuguesa no Brasil [...]”.

No ano de 1603, os portugueses avançaram com mais vigor sobre a costa norte através de uma expedição comandada por Pero Coelho de Sousa, a qual, segundo o governador Diogo Botelho⁴, tinha por objetivo dilatar a “[...] santa fé cathólica e impedir-se o commercio com estrangeiros, que, contra pazes capituladas e fóra da obediência ao seu rei, vem a portos desse

²BORGES, Jóina Freitas. *Os Senhores das Dunas e os Adventícios D’Além-Mar*: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII). Niterói: UFF, 2010 (Tese de doutorado).

³HOLANDA, Sérgio Buarque de. A conquista da Costa Leste-Oeste. In: _____. (dir.) *História geral da civilização brasileira*: do descobrimento à expansão territorial. Tomo I: A época colonial. v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 220.

⁴STUDART, Barão de (dir.). *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XXXIV, ano XXXIV, 1920. p. 231. (Coleção Studart: N. 230. *Regimento que hade seguir o capitão-mór Pero Coelho de Souza na jornada e empresa, que por serviço de sua Majestade vae fazer*. 21 jan. 1603).

estado [...]”. O documento também observava que após o estabelecimento do forte português no Rio Grande (do Norte) os estrangeiros passaram a frequentar mais a região do rio Jaguaribe (Ceará). Assim, era mais do que necessário aos portugueses avançar em direção ao norte, para assegurar a integridade da colônia.

A expedição de Pero Coelho enfrentou muitas batalhas com os índios e os franceses na Serra da Ibiapaba (CE), conforme relata Martim Soares Moreno⁵:

[...] fui com o Capitão mor Pero Coelho de Souza a descobrir e conquistar a Provincia de Jaguaribe e Seará e Mel Redondo [Serra da Ibiapaba], onde tivemos muita guerra com aquelles Indios que erão infinitos, e tinham muitos francezes em sua companhia. O que ficou conquistado, e depois de seis mezes de guerra onde eu recebi muitas feridas com os demais companheiros, e vendo que nos não podíamos sustentar, nos retiramos a Seara para que com mais socorro fossemos a conquista do Maranhão, tão desejada pelos reis passados [...].

No retorno a Pernambuco, Pero Coelho, contrariando as condições impostas pelo seu regimento, escravizou os índios tornando cativos os próprio aliados de sua comitiva. Alguns anos mais tarde, em 1608, quando os missionários padre Figueira e padre Pinto em expedição ao Maranhão, encontraram com os nativos, ainda recebiam reclamações sobre a traição dos portugueses, sendo assim, foi difícil estabelecer “pazes”, principalmente com os tapuias.

De acordo com Serafim Leite⁶, a jornada comandada por Pero Coelho causou muita violência aos “índios da costa”, tornando mais difícil a ação jesuíta e a tentativa de estabelecimento de uma missão na região. Tanto foi que, para não deixarem os índios mais arredios, os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira partiram de Pernambuco com sessenta índios e nenhum soldado ou homem branco, em sua comitiva. Apesar de comandada pelos padres, o objetivo da expedição era iniciar a conquista da costa norte, que era devassada pelos franceses, em comércio frequente com os indígenas, como o próprio Padre Figueira⁷ afirmou em seu relato: partiram com a intenção de pregar o evangelho e para tirar os franceses das terras que pertenciam aos portugueses. Ainda segundo Figueira⁸, os tabajaras da Serra da Ibiapaba estavam em guerra com vários grupos tapuias que viviam aos arredores, e também

⁵ REVISTA Trimensal do Instituto do Ceará. t. XIX, ano XIX. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1905. *Relação do Seará*, (ca. 1618). p. 67.

⁶ LEITE, Serafim. S.I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*: Norte 1 – Fundações e entradas – séculos XVII – XVIII. t. III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1943. p. 4.

⁷ FIGUEIRA, Pe. Luiz. *Relação do Maranhão, 1608*, pelo jesuita Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 97-138, 1903. p. 97.

⁸ Ibidem, p. 113.

havia atritos com outros grupos tupis, o que gerava um clima de instabilidade geral que envolvia índios, aliados e inimigos, portugueses e franceses.

O resultado final da desastrosa expedição dos jesuítas foi a morte do Padre Pinto, vítima de uma emboscada dos índios tarairius quando desciam a Serra da Ibiapaba com o intento de chegarem ao Maranhão.

Após a morte do padre Pinto, o padre Figueira passou algum tempo entre os “índios do mar” (provavelmente uma aldeia de língua tupi), e ao retornar a Pernambuco, concluiu seu relato afirmando que no Maranhão, havia muitos franceses, os quais frequentavam a costa para negociar madeiras, pimenta, algodão, e outros produtos com os nativos⁹.

Em 1611, quatro anos após a tentativa de chegar ao Maranhão, feita pelos jesuítas, o soldado Martim Soares Moreno¹⁰ solicitou, ao governador Diogo de Menezes, licença para se instalar no Ceará, de quem recebeu o encargo de realizar comércio com os naturais do Maranhão, para que fosse possível concretizar a conquista da costa setentrional, chamada à época Costa Leste-Oeste.

Martim Soares Moreno¹¹ também informou sobre a frequente abordagem de estrangeiros na costa em busca de resgates com os indígenas: “Alli [no Ceará] no dito anno [1611] degolei mais de duzentos francezes e flamengos piratas e lhe tomei 3 embarcações donde uma dellas veio a Sua Magd.^e a esta Cidade toda proa e popa douradas [...]”. Daniel de la Touche era um dos franceses que frequentavam a região desde 1610, envolvido no projeto de constituição de uma colônia francesa, a França Equinocial, a ser erguida na Ilha de São Luís¹².

Sobre a instalação dos franceses no Maranhão, existem dois principais relatos dos franceses, o dos capuchinhos Claude d’Abbeville (1614)¹³ e de Yves d’Evreux¹⁴ (1615), os quais produziram extensas narrativas sobre sua estada entre os índios tupinambás.

⁹BORGES, op. cit., p. 207-210.

¹⁰MORENO, Martim Soares. Relação do Ceará [1618]. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XIX, ano XIX, p. 67-75, 1905. p. 68-69.

¹¹Ibidem, p. 68.

¹²BONNICHON, Philippe. A França Equinocial: a invasão. parte I. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História naval brasileira*. v. 1., t. II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p. 530-531; DAHER, Andrea. *O Brasil francês: as singularidades da França Equatorial – 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 47-52; MAURO, Frédéric. Por une histoire des occasions manquées : La France et le Brésil 1500-1700. In : BOUCHER, Christian ; VERGÉ-FRANCESCHI, Michel (dir.). *La mer, la France et l’Amérique latine*. Paris : Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006. p. 286.

¹³D’ABBEVILLE, Claude [?-1632]. *Histoire de la mission des Peres Capucins en L’isle de Maragnan et terres circonuoisines...* / Par le R. P. Claude d’Abbeville Predicateur Capucin. Paris: Imprimerie de François Huby, 1614. Disponível em : <<http://purl.pt/212>>. Acesso em 01 out. 2010.

Almejava-se, conforme informa Abbeville¹⁵, a constituição de uma “[...] uma tríplex coroa de França, Navarra, e da França Equinocial [...] *Triplex in una [...] In tribus unus*”. Para tanto, era primordial reduzir todas as “[...] nações indígenas, habitantes das ilhas marítimas e das terras situadas além da linha equinocial [...]”, em súditos únicos, em uma mesma nação: *tribus unus*. A região do Maranhão, costa e sertão adjacente, era, contudo, habitada por diferentes grupos indígenas, chamados genericamente de “tapuias”, com os quais, era difícil negociar um assentamento para a constituição de um núcleo de colonização, já que eram grupos habituados ao trânsito constante, não afeitos à agricultura e acostumados ao comércio com diferentes estrangeiros que aportavam em suas praias. Talvez este tenha sido um dos motivos dos franceses terem tecido acordos com outros grupos indígenas, os quais levaram da região de Pernambuco e adjacências para o Maranhão, os quais, além de serem seus aliados, eram grupos agricultores, que se adaptariam mais facilmente à lavoura da “boa” terra para dela “extrair” os gêneros necessários à manutenção da colônia e para o comércio.

Os franceses permaneceram por anos no Maranhão, com os indígenas que para lá levaram (provavelmente a grande maioria de origem tupi), em princípio realizando guerras, depois conquistando acordos com os habitantes nativos, grupos “tapuias”. É óbvio que nem todos os grupos habitantes da costa do Maranhão aceitaram fazer parte da colônia francesa, o que causou inimizades entre os indígenas que vinham de fora com os adventícios e aqueles que eram naturais da região.

Deve-se ressaltar que, além das migrações incitadas pelos franceses, ocorreram também migrações indígenas movidas pelos holandeses, como informam Hendrychsser Cop e Claes Adriaenssen Cluyt¹⁶, que ao realizarem uma viagem do Mucuripe (Ceará) ao Pará, em 1610, chegaram a um “Cabo Blanco”, que deveria corresponder à região de Jericoacoara, onde não encontraram nenhum índio, pois a região estaria desabitada, em virtude de os nativos terem sido caçados pelos portugueses ou terem fugido de medo, indo recolher-se junto ao rio Camocim. Em Camocim, afirmaram, ainda, que a maior parte dos índios do local foi a bordo das embarcações de franceses e holandeses, que aportavam na região em busca de pau-violeta, para com eles se deslocarem para o Maranhão, a fim de se refugiarem dos portugueses.

¹⁴D’EVREUX, Yves. Viagem ao norte do Brasil: feita no ano de 1613 a 1614 [1615]. São Paulo: Siciliano, 2002. 436 p.

¹⁵D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padre capuchinhos na Ilha do Maranhão* [1614]. São Paulo: Siciliano, 2002. p. 31.

¹⁶ANNAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. v. XXIX, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1907. p. 97-179. *Description de la côte septentrionale du Brésil d’après le journal de bord du trafiquant Hendry Hendrycksser Cop et du capitaine Claes Adriaenssen Cluyt, d’Ackersloot, du voyage fait en 1610*. p. 161-170.

Observa-se, desse modo, que os franceses não se aliaram apenas aos grupos tupis, pois sem o apoio de alguns grupos nativos da região não conseguiriam estabelecer-se, para tanto, tiveram que tecer alianças com “tupis” e “tapuias” no Maranhão, pois entre a cruz, a espada e as trocas tinham que criar uma *tribus unus*, e a tribo escolhida foi a dos tupinambás.

Os tupinambás foram comparados, por Abbeville, aos “desterrados no Egito” e aos “banidos na terra de Assur”, numa referência explícita às passagens bíblicas sobre a conversão dos povos perdidos. Não há como discriminar quais etnias, se caetés, potiguaras, tupinambás, tabajaras e/ou outras, compuseram os tupinambás do “ocidente”, do Maranhão. É de acreditar que inclusive tapuias foram homogeneizados sob este etnônimo, através de processos de etnificação e etnogênese, respondendo aos desafios impostos pelo complexo panorama de expansão colonial¹⁷.

Surge então, um contexto de diferenciações étnicas em meio à constituição de alianças que ocorrem em virtude de uma conjuntura específica: expulsar os franceses do Maranhão.

Em linhas gerais, numa explanação generalizante que encobre as dissensões internas, as mudanças de aliados, dentre outras discrepâncias do processo, os tupinambás emergem como os índios do Maranhão, ao lado dos franceses; os potiguaras como os índios do Ceará e Rio Grande do Norte, ao lado dos portugueses; e os tremembés como aqueles com os quais era necessário “assentar pazes”, buscar apoio, torná-los aliados.

2 Surgem os tremembés

Durante o século XVI, os nativos da costa setentrional ainda possuíam grande autonomia para negociar com espanhóis, franceses, portugueses, holandeses e ingleses, que aportavam em suas praias e cambiavam mercadorias. No século XVII, com o avanço português, essa autonomia foi ameaçada. As negociações entre portugueses e nativos, nesta zona ainda marginal da colônia, tiveram que ser incrementadas. Nesse processo, parte dos “tapuias” da costa, massa heterogênea, fora homogeneizada, aparecendo nos documentos como os “valentes” tremembés.

¹⁷Cf. BOCCARA, Guillaume. Antropologia diacrônica: dinâmicas culturais, procesos históricos y poder político. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC, 2005. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/589> > Acesso em: 10 fev. 2007; MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 2001. p.1-78. (cap. 1, 2 e 3). (Tese de livre docência digitada). (Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf> >. Acesso em: 19 mar. 2007).

Conforme foi visto, o padre Luís Figueira¹⁸ (1608) não se referiu especificamente aos tremembés, ao falar sobre os indígenas da costa norte, tampouco Martim Soares Moreno¹⁹ (1618) fez menção a eles, apenas aos “tapoyas” da costa. É Diogo de Campos Moreno²⁰, em 1614, a partir de informações de Martim, que se refere aos “taramembés”. Acredita-se, assim, que foi no contexto do avanço português, na Costa Leste-Oeste, com os lusos precisando de aliados para combater os franceses no Maranhão, que foi cunhado o etnônimo.

Provavelmente a identidade tremembé tenha surgido junto aos tapuias que efetuaram pazes com Martim Soares Moreno. Não há como saber por que Diogo de Campos Moreno empregou o etnônimo, mas foi ele quem relatou sobre as notícias que seu sobrinho Martim Soares Moreno enviara do *Pará* (Rio Parnaíba - PI), antes de passar ao Maranhão, afirmando “[...] que tratara amizades com os *Teremembés* [...]”, entre fins de 1612 e começo de 1613.

Após a implementação da França Equinocial em 1612, em São Luís, os portugueses, dentre eles Martim Soares Moreno, apelaram ao Governador Diogo de Menezes para que se realizasse a conquista da costa setentrional. O governador, por sua vez, intercedeu junto ao rei sobre a importância e necessidade da conquista: “[...] tanto pela utilidade que a fazenda de Vossa Magestade recebe e recebera quando aquella parte se povoasse que por ser a derradeira pedra de evitar os cossarios desta costa [...]”²¹. Diogo de Campos Moreno foi o principal cronista da jornada, cuja armada fora comandada pelo mameluco Jerônimo de Albuquerque, que saiu em maio ou junho de 1613, com destino a Camocim, onde, segundo os conselhos de Martim Soares Moreno, seria um bom local para fazer povoação. Saindo do fortim instalado às margens do rio Ceará, Martim percorria essa região desde 1611, efetuando negociação com os indígenas, a fim de impedir o acesso dos franceses e possibilitar a conquista do Maranhão. É provável que os indígenas da foz do rio Camocim tenham feito “pazes” com Martim, nessa época.

Conforme Diogo de Campos Moreno²²: “[...] o Camuri [Camocim] que era um rio naquelas partes, de muito nome e muito próximo à grande serra de Buapava [Ibiapaba] e dos *Teremembés*, com os quais era mui necessário assentar pazes”. Jerônimo de Albuquerque, contudo, não achou o local bom para se povoar e retornou algumas léguas, assentando sua comitiva na região de Jericoacoara, onde construiu um fortim e um pequeno arraial ao qual

¹⁸Op. cit.

¹⁹Op. cit.

²⁰MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614. São Paulo: Siciliano, 2001. p. 34

²¹ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. v. XXVI, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1904. p. 307-310.

²²Op. cit., p. 33 (grifos nossos).

chamou de Nossa Senhora do Rosário. Pouco tempo depois, os portugueses foram atacados por uma nau francesa, e os índios “amigos”, de Jericoacoara e Camocim, não auxiliaram os portugueses na batalha²³.

A negociação com os europeus não implicava em necessária aliança ou submissão dos grupos indígenas. Os índios buscavam seus interesses, como as mercadorias europeias, a manutenção de seus territórios, além de tentarem sobreviver ao caos imposto pelos conflitos com os europeus, ou pelas inimizades e guerras entre os indígenas, fomentadas pelos adventícios. Assim, as “amizades” fluíam de acordo com a conjuntura.

No contexto de conflito aberto entre portugueses e franceses, na iminente ameaça portuguesa à França Equinocial e dentro das configurações de alianças com os indígenas, que ocorreram nessa conjuntura, diferenciaram-se os “tremembés” da pequena Ilha de Santa Ana, do rio Peria e dos Lençóis Maranhenses, como inimigos dos tupinambás de São Luís, e portanto dos franceses; e os tremembés de Jericoacoara e Camocim como “unidos” aos portugueses, conforme foi informado por Yves d’Evreux²⁴.

Desta forma, alguns índios da costa oriental do Maranhão e da costa ocidental do Ceará, foram marcando sua diferença e foram sendo vistos como diferentes. Em um processo de reorganização social e política, principalmente, dos grupos que ocupavam a Costa Leste-Oeste, foi sendo construída a identidade tremembé, enfatizando os contrastes, entre os indígenas que vieram de fora (como os que ficaram conhecidos por tupinambás do Maranhão) e os nativos que se aliaram aos franceses, assim como perante os indígenas trazidos pelos portugueses (como potiguares e jagoarigoaras), para a realização da conquista da costa norte²⁵.

Portugueses e potiguares no seu fortim da barra do rio Ceará, de um lado; franceses e tupinambás na fortaleza de São Luís do Maranhão de outro. E no meio, em boa parte desse extenso espaço da costa setentrional, os tremembés.

3 Os valentes tremembés pescadores

Nesse tempo [1613-1614] a nação dos Tremembés, moradora além da montanha de Camuci [Ibiapaba e Camocim], e nas planícies e areais da banda do rio Turi [região de Tutóia? Ou Turiaçu?], não muito distante das Árvores Secas, das Areias Brancas [Lençóis Maranhenses], e da pequena Ilha de Santa Ana, saiu, sem esperar-se, para a floresta, onde se aninham os pássaros

²³ BORGES, op. cit., p. 218-221.

²⁴ Op. cit., p.178.

²⁵ BORGES, op. cit.

vermelhos, e para os areais onde se encontra o âmbar-gris e se pesca grande quantidade de peixes, com intenção, de surpreender os Tupinambás, seus inimigos irreconciliáveis [...].

[...].

São valentes os Tremembés e temidos pelos Tupinambás; d'estatura regular, mais vagabundos do que estáveis em suas moradias; alimentam-se ordinariamente de peixes, porém vão à caça quando lhes apraz; não gostam de fazer hortas e nem casas; moram debaixo das choupanas; preferem as planícies às florestas porque com um simples olhar descobrem tudo quanto está às suas vistas.

Não conduzem após si muita bagagem, pois contentam-se com seus arcos, flechas, machados, um pouco de cauí, algumas cabaças para guardar água, e umas panelas para cozinhar a comida; com mais destreza que os Tupinambás pescam à flecha; são tão robustos a ponto de segurarem pelo braço um dos seus inimigos e atirarem-no ao chão, como se fosse um capão. Dormem n'areia ordinariamente. [...] ²⁶.

O extrato acima, de Yves D'Evreux, é parte de, provavelmente, a mais extensa descrição sobre os tremembés do século XVII. Nela eles são localizados ao leste da Ilha de São Luís. Diogo de Campos Moreno ²⁷, por sua vez, localiza os “[...] Tapuias do Parameri, chamados Teremembes [...]”, próximos ao Camuri (rio Camocim -CE), junto ao rio *Parameri* (foz dos rios Cardoso e Camurupim – PI), no Pará (Parnaíba – fronteira PI com MA) ou Ototoí (região de Tutóia – MA) e no Perejá (rio Peria – MA). Comparando as localizações fornecidas pelos dois cronistas, um do lado francês e o outro do lado português, têm-se os tremembés ocupando a maioria dos principais estuários, desde a região de Jericoacoara até o golfo do Maranhão (na barra do Peria e na Ilha de Santana). Na descrição de Yves d'Evreux (1615), eles são designados como “nação dos Tremembés”, enquanto que no mapa de Albernaz I (1629) ²⁸, esse extenso território é sinalado como “Província dos Taramembes de Gverra”.

Não houve, no relato de Diogo de Campos Moreno nenhuma menção à efetiva aliança dos tremembés com os portugueses no episódio da expulsão dos franceses, podendo-se entender que as “alianças” ficaram apenas sob o plano da pretensão. Ao que tudo indica, os tremembés não participaram dos embates, pelo menos de forma considerável, pois sem concretizarem as alianças com os portugueses e neste momento estando contrários aos tupinambás de São Luís, não entrariam na guerra, nem de um lado, nem de outro.

Para reforçar a hipótese de que os portugueses não efetuaram alianças com os tremembés e outros índios da região, verificou-se que os reforços das tropas para derrotar,

²⁶ D'EVREUX, op. cit., p. 177-180.

²⁷ Op. cit., p. 33; 51 e 71.

²⁸ ALBERNAZ I, João Teixeira. *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará*. [S.l.] [ca. 1629]. <<http://consorcio.bn.br/cartografia>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

definitivamente, os franceses no Maranhão, tiveram que contar com a participação de indígenas vindos de Pernambuco, na armada de Alexandre de Moura, conforme informa Frei Vicente do Salvador²⁹.

Como se sabe, os portugueses derrotaram os franceses, derrota mais relacionada à conjuntura diplomática, em virtude do casamento marcado entre a infanta da Espanha, com o rei francês, Luís XIII. Com a conquista do Maranhão, os portugueses assumiram três importantes postos na costa setentrional: o fortim, no Ceará, a fortaleza construída pelos franceses, em São Luís do Maranhão e o Forte do Presépio, em Belém do Pará. Entretanto, efetivamente, boa parte da costa continuava, como informa um documento expedido por Duarte Correia de Albuquerque, em 1646, como uma “[...] praça deserta onde só existia gentio [...]” o qual se constituía “[...] um verdadeiro perigo em terra [...]”³⁰.

As relações entre os indígenas da costa norte e os portugueses eram complicadas pela presença dos mercadores, e pelo comércio que os indígenas efetuavam com os mesmos. Esta situação gerava uma competição desvantajosa para os colonizadores, já que os mercadores, de passagem, não tomavam os territórios dos nativos, não lhes impunham trabalhos forçados nem a sua religião, e ainda lhe forneciam as mercadorias almejadas. Assim, os indígenas que optaram por manter sua autonomia, preferiam comercializar com mercadores, do que deixar se instalar em suas terras, colonizadores, quaisquer que fossem suas nacionalidades, dessa forma, nem portugueses, nem franceses, nem holandeses, apesar de pazes efetuadas, não conseguiram se manter por muito tempo no território dos tremembés, durante o século XVII.

Durante todo o século XVII há menções sobre a irredutibilidade dos tremembés em serem cristianizados, sua destreza em afundar navios que iam à sua costa, assaltos a embarcações, dentre outras. Como afirma o Padre Antônio Vieira³¹ em relato de 1660, a partir de uma informação do principal tremembé Tatuguaçu: “[...] nunca lhes pareceu bem que suas praias fossem francas aos Portugueses, e devassadas de passageiros [...]”.

Frei Christovão de Lisboa³² informa sobre os tremembés, no ano de 1627. Em retorno ao Maranhão, da visita que fizera ao “Seará”, o frei fala das dificuldades da navegação de

²⁹SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*: em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais... [1627]. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1889. (Edição digital disponível em: <<<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00769.html> >>. Acesso em: 21 jul. 2009). p. 135.

³⁰RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernandes Gomes da. *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cavadal respeitantes ao Brasil*. v. I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956.

³¹REVISTA Trimensal do Instituto do Ceará. t. XVIII, ano XVIII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1904. p. 101.

³²ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. v. XXVI, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1904. *Tres [sic] cartas de Fr. Christovão de Lisboa*. São Luís do Maranhão de 2 jan. 1627. p. 403.

uma região cheia de baixios, e do medo do piloto em lançar âncora e aterrar, com receio dos “Selvagens tremembezes” que estavam na praia, e que, segundo o frei, gritavam que iam comer a todos. Tal situação ocorrera nas proximidades do que o frei chamou de rio “[...] Pará mas não o grande [...]”, que no caso se tratava do atual rio Parnaíba - PI, tradicional reduto dos tremembés.

É interessante salientar a identificação dos tremembés como selvagens e antropófagos, que estariam a ameaçar os navegadores. A afirmação de que comeriam a tripulação, se realmente partira dos indígenas, provavelmente seria uma tática para espantar os adventícios, pois os tapuias da região nordeste do Brasil, dentre eles os tremembés, praticavam o endocanibalismo funerário, e não o exocanibalismo.

O que se nota é que diante de tentativas mais impositivas de fixação europeia em seus territórios, as respostas dos tremembés à presença intrusa em suas praias foram mais enérgicas, e assim eles apareceram com mais recorrência nos documentos, como indígenas indomáveis, traiçoeiros e de guerra, como no mapa de Albernaz I (1629).

No quadro da invasões holandesas, também há menção sobre a articulação dos tremembés buscando seus interesses entre os europeus. Em 29 de abril de 1639, após um mês da conquista do fortim do Ceará pelos holandeses, chefes de duas aldeias tupis, moradoras das proximidades de Jericoacoara e Camocim, acompanhados de dois chefes “tapuias”, um deles Waticene “Dremembe”, procuraram os holandeses oferecendo apoio contra os portugueses e fazendo certa propaganda da região, afirmando que a mesma possuía abundância de madeiras, onde outrora os franceses carregavam navios inteiros³³.

Aparecem, então, os tremembés articulando-se, movimentando-se politicamente, no novo quadro conjuntural, oferecendo apoio aos holandeses, junto com grupos tupis, interessados na continuação de suas trocas com os europeus, as quais deveriam ter sofrido uma baixa, nesse período, em virtude da ofensiva portuguesa contra os franceses, no Maranhão.

Boogaart e Brien³⁴ oferecem a tradução de um documento de Georg Marcgraf, *Informações do Ceará de Georg Marcgraf* (junho-agosto de 1639), que retrata a articulação dos indígenas com os europeus, para atingir objetivos específicos também contra seus inimigos indígenas: Os índios da região de Camocim foram ao encontro dos holandeses

³³BORGES, op. cit. p. 237-241.

³⁴BOOGAART, Ernst van den; BRIENEN, Rebecca Parker. *Informações do Ceará de Georg Marcgraf*: junho-agosto de 1639. [Rio de Janeiro]: Índex, [2003?]. p. 9-18. (tradução em português, manuscrito, e transcrição para o holandês). p. 10- 11; 37-38.

propondo a “[...] venda de ‘tapoeier’, contra os quais estavam em guerra, como escravos; a entrega de pau-roxo [pau-violeta]; e ajudá-los na conquista do Maranhão [...]”. Marcgraf participou dessa expedição, a partir da qual produziu o relato. Segundo ele, partiram do Ceará com “[...] 250 brasileiros [tupis], 150 tapuias e 15 brancos para fazer guerra contra os tapuias selvagens [...]”. Para os holandeses, além da aliança proposta pelos indígenas, interessavam-lhes os escravos. Os “tapuias selvagens” encontravam-se em alguma região montanhosa, às margens do Alto Acaraú (CE), no sertão. A batalha empreendida pelos tupis e pelos tapuias aliados, resultou em cento e cinquenta tapuias inimigos mortos e, do outro lado, foram mortos onze tupis e sete tapuias aliados. Estes, segundo o costume dos tapuias da região, foram comidos pelos próprios parentes, o que remete ao endocanibalismo funerário (como os tapuias que procuraram os holandeses eram da região de Camocim, acredita-se que poderiam se tratar dos tremembés, em paz com os tabajaras da Serra da Ibiapaba, os quais também deveriam estar na comitiva, que juntos combateram esses tapuias do sertão).

Em 1641, é a vez do Maranhão ser invadido pelos holandeses. Na ocasião, informou o Padre Teixeira de Moares³⁵, os holandeses enviram os prisioneiros portugueses por terra ao forte do Ceará e no caminho os “[...] *Tarimambês*, dos gentios os mais bárbaros e traidores [...]” mataram todos os portugueses.

Os holandeses passaram à condição de colonizadores, não tardando, então, a recrutarem trabalhos forçados e a escravizarem os indígenas, mesmo contrariando as ordens da Companhia de manter as alianças com os nativos. Os índios do Maranhão, da costa (dentre os quais os tremembés) e adjacências não tardaram a se unir e expulsar os holandeses da região de Camocim e da Fortaleza do Ceará, matando a todos que encontraram no seu caminho.

Matias Beck³⁶, também informa sobre os tremembés:

[...] disseram mais que em Camorisiby tudo ia bem [...], que os Tapuyas Tremembees ali viviam em boa amizade com os Tobajaras; que em Camorisiby nehnhum portuguez fôra visto e que os portuguezes não iriam ali facilmente, porquanto, ha alguns mezes, quando ali foram os tapuyas Tremembees, mettidos nas suas grandes canôas, surprehenderam a embarcação, assenhoraram-se dellas e mataram todos os tripolantes; em consequencia deste facto a longo tempo ali não aparece embarcação alguma, [...].

³⁵MORAES, Francisco Teixeira de. Relação historica e politica dos tumultos que succederam na cidade de S. Luiz do Maranhão... [1692]. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. t. XL, p. I, Rio de Janeiro: Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil, p. 67-155 e 303-410, 1877. p. 103 (grifos da transcrição).

³⁶BECK, Mathias. Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 327-405, 1903. p. 382-383.

Esta é a última notícia que existe no Diário Mathias Beck, sobre os tremembés, pois faltam partes do documento. É interessante sublinhar que, nesse período, os tremembés estavam em pazes com os tabajaras da Serra da Ibiapaba, com os quais por vezes são confundidos na historiografia.

O comportamento dos tremembés, durante a presença holandesa, é bem diferente do que em relação aos franceses. Vê-se que com estes, eles se preservaram mais dos embates diretos e das relações políticas, enquanto que com os batavos, os quais se instalaram no seu território (para exploração das minas em Camocim), houve, tanto mais negociações diplomáticas, como mais conflitos, resultantes das relações mais estreitas, em virtude do estabelecimento dos núcleos de ocupação holandesa nos seus espaços. De toda forma, inclusive, por se envolverem nos massacres dos fortins holandeses, expulsando-os de Camocim, observa-se que eles seguiram como senhores dos seus territórios.

Em meados de Seiscentos, após a expulsão dos holandeses, houve um acirramento nos conflitos entre indígenas, colonos, soldados, missionários e agentes do governo em grande parte do sertão do nordeste brasileiro, em virtude da expansão colonial, da ocupação dos espaços interiores através da pecuária e da ruptura das redes de alianças que existiam entre os holandeses e os indígenas. Esses motivos, sinteticamente falando, ocasionaram reações tanto entre os indígenas, como entre os colonizadores, quer colonos, quer missionários, ocasionando muitas guerras. Nesse período de intensificação dos conflitos dos indígenas entre si e dos indígenas com os colonos e a administração colonial, principalmente nos sertões, os tremembés, como habitantes das praias, aparecem pouco nas crônicas e documentação colonial. Eles são citados mais através de ações ofensivas e pontuais, contra viajantes que passavam e ainda, como o “gentio brabo”, “de corso” traficando com estrangeiros, que aportavam nas suas praias, como informa Betendorf³⁷ em 1699.

De acordo com o Padre Teixeira de Moraes³⁸ os “Tarmambez”, não diferiam dos “Tapuyas”, a não ser por frequentarem as praias, nas quais viviam dos frutos do mar, da pesca e do comércio com os estrangeiros, de âmbar, boas madeiras e drogas, que trocavam por bebidas e ferramentas. O padre afirma que por “ambição” desses seus comércios, andavam a cortar as amarras das embarcações que davam à costa para roubar e matar os náufragos. Observa-se que os tremembés, caracterizados desde o início do século como populações não

³⁷ BETENDORF, Pe. João Felipe. *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1699]. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. t. LXXII, p. I, Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1910.

³⁸ Op. cit., p. 153.

afeitas à agricultura, adaptaram sua economia à presença dos estrangeiros. Continuaram vivendo da pesca e da coleta, só que entraram no rol dos seus produtos coletados o âmbar-gris, as madeiras e as drogas.

O Padre Betendorf³⁹ ([1699] RIHGB, 1910, p. 316-318) cita o caso de uma nau que se perdera nos baixios de São Roque, da qual parte dos viajantes conseguira salvar-se em uma balsa, com alguns de seus pertences. O padre afirma que náufragos foram parar na praia dos tremembés, os quais mataram a todos, e depois ainda tiveram a ousadia de ir vender as coisas roubadas no Maranhão. Tais objetos foram reconhecidos e os tremembés foram presos.

Outros episódios demonstram certa intolerância dos tremembés em permitir presença intrusa em suas praias. Por sua vez, algumas cartas-régias e documentos do final do século XVII apontam a necessidade se buscar os tremembés como aliados, e de não os “inquietar”.

Um documento de 1722, resume o que foi dito anteriormente⁴⁰:

O Governador e Capp.^m General do Esta.^{do} do Maranhão João da Maya da Gama da conta a V. Mag.^{de} em carta de 10 de Agosto deste prezente anno q. desde q. se conhecerão as praias do Maranhão e da Parnaíba para Ella houvera sempre hua grande Nação dos chamados Taramambes q. são huns peixes racionais, pois anado saem ao mar a pescar ou com arpões, e ainda com hum páo namão expondose a fereza de hum tubarão esperando que elle abra a boca, para ocomer lhe metem a mão com destreza nella levando hum páo de dois bicos q. atraveçado na boca do tal peixe o trazem para fora, e q. a suacaza e cama he area e commum.^{te} a sua seara omar e q. vivendo estes racionais brutos nesta forma se lhenão puzera Missionário, nem se tratara nunca de os Aldeiar com o pretexto deq. não havião desubsistir vindo continuamente comerciar a Cid.^{de} de São Luís com peixe e cascos de Tartaruga [...].

É importante ressaltar que na Consulta do Conselho Ultramarino foram expostos os interesses da Coroa em aldear os tremembés de Tutóia, chamados de “peixes racionais”, em virtude do seu conhecimento do litoral, os quais poderiam atuar como “[...] praticos dos baixios da Ilha de SantaAnna, ponta deSão Joze eCorroa gr.^{de} [...]” tanto para impedir o naufrágio dos navios, que constantemente se perdiam na região, como para impedir a comunicação com os estrangeiros inimigos. Interessava muito, portanto, a paz com os tremembés do Maranhão.

³⁹ Op. cit., p. 316-318.

⁴⁰ CATÁLOGO dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão Existentes no Arquivo Historico Ultramarino – Lisboa (1614-833). São Luís: FUNCMA/AML, 2002. AHU-ACL-CU-009 Caixa 13 doc.: 1350. *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramambés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário*. Lisboa, 9 dez. 1722 (transcrição paleográfica e grifos nossos).

Vê-se que diante de tais interesses manifestos da Coroa Portuguesa, e das reiteradas solicitações de não se inquietar os tremembés, as negociações devem ter ocorrido de forma pacífica, depois dos inúmeros “castigos” e massacres, eles foram aldeados no início do século XVIII em dois pontos: Tutóia – MA e Almofala – CE.

3 Os tremembés de hoje

Até hoje a tradição oral, entre os tremembés de Almofala, no Ceará, e entre alguns pescadores do litoral do Piauí, conta das relações que existiam entre os tremembés e os índios da Ibiapapa: aqueles trocavam seus peixes pelas frutas da serra dos tabajaras. (BORGES, 2006).